



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Colonialismo digital, fluxos de informação e autoria em tempos de inteligência artificial

v 14 | n 27 | jul-dez 2025

Educando sob algoritmos: Vigilância, recomendações e resistências

Márcio Silveira Nascimento



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

NASCIMENTO, Márcio Silveira. Educando sob algoritmos: Vigilância, recomendações e resistências. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 73-85, jul-dez 2025. Semestral.

© NAUI

Educando sob algoritmos: Vigilância, recomendações e resistências

Márcio Silveira Nascimento¹

Resumo

Este artigo discute os efeitos do colonialismo digital na educação, com foco na chamada “educação algorítmica”, caracterizada pelo uso de tecnologias baseadas em inteligência artificial para gerenciar o ensino. Defende-se que a cultura da recomendação, moldada por algoritmos que operam de forma opaca e sem transparência para os usuários, intensifica a vigilância no ambiente escolar, uniformiza práticas pedagógicas e transforma o conhecimento em mercadoria. Com base em uma abordagem teórico-crítica e em revisão bibliográfica, o texto examina esse contexto e investiga estratégias possíveis de enfrentamento aos seus desafios. Conclui-se que o *hacktivismo* pedagógico, aliado à alfabetização midiática e algorítmica, representa um caminho promissor para resistir à lógica das plataformas digitais na escola e promover uma educação crítica, autônoma e comprometida com a soberania digital.

Palavras-chave: alfabetização algorítmica; letramento midiático; colonialismo digital; hacktivismo pedagógico; plataformização da educação.

Abstract

This article discusses the effects of digital colonialism on education, focusing on so-called “algorithmic education”, characterized by the use of artificial intelligence-based technologies to manage teaching. It argues that the culture of recommendations, shaped by algorithms that operate opaquely and without transparency to users, intensifies surveillance in the school environment, standardizes pedagogical practices, and transforms knowledge into a commodity. Based on a critical-theoretical approach and a literature review, the text examines this context and investigates possible strategies to address its challenges. It concludes that pedagogical hacktivism, combined with media and algorithmic literacy, represents a promising path to resist the logic of digital platforms in schools and promote critical, autonomous education committed to digital sovereignty.

¹ Doutorando e Mestre em Ensino Tecnológico pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR/UFV). E-mail: marciosn.geo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8963-3140>.

Keywords: algorithmic literacy; media literacy; digital colonialism; pedagogical hacktivism; platformization of education.

Resumen

Este artículo analiza los efectos del colonialismo digital en la educación, centrándose en la llamada “educación algorítmica”, caracterizada por el uso de tecnologías basadas en inteligencia artificial para gestionar la enseñanza. Argumenta que la cultura de las recomendaciones, moldeada por algoritmos que operan de forma opaca y sin transparencia para los usuarios, intensifica la vigilancia en el entorno escolar, estandariza las prácticas pedagógicas y transforma el conocimiento en una mercancía. Con base en un enfoque teórico-crítico y una revisión bibliográfica, el texto examina este contexto e investiga posibles estrategias para abordar sus desafíos. Concluye que el hacktivismo pedagógico, combinado con la alfabetización mediática y algorítmica, representa una vía prometedora para resistir la lógica de las plataformas digitales en las escuelas y promover una educación crítica, autónoma y comprometida con la soberanía digital.

Palabras clave: alfabetización algorítmica; alfabetización mediática; colonialismo digital; hacktivismo pedagógico; plataforma de la educación.

Introdução

A integração de tecnologias digitais e recursos baseados em inteligência artificial no processo educacional, intensificada em resposta à recente crise sanitária global, consolidou a presença sistemática de plataformas tecnológicas nos espaços escolares. *Softwares* de gestão da aprendizagem, sistemas automatizados de recomendação de conteúdos, ferramentas de avaliação adaptativa e algoritmos de predição de desempenho passaram a compor um ecossistema educacional cada vez mais complexo, sustentado por mecanismos de monitoramento contínuo de estudantes e professores. Este novo cenário configura o que se denomina educação algorítmica, um paradigma pedagógico moldado pelas lógicas do capitalismo de vigilância, no qual dados comportamentais são tratados como matéria-prima para fins de lucro e controle, conforme analisa Zuboff (2021).

Para analisar estes fenômenos, a metodologia adotada neste artigo consiste em uma revisão bibliográfica da literatura, conduzida a partir de uma abordagem qualitativa e teórico-crítica, com ênfase na análise conceitual, conforme proposto por Minayo (2012) e Demo (2000). Essa escolha metodológica possibilitou problematizar os conceitos centrais

relacionados ao colonialismo digital e à educação algorítmica, ao mesmo tempo em que valorizou o diálogo com autores que investigam criticamente essas temáticas. O enfoque teórico-crítico permitiu dar voz às perspectivas dos pesquisadores especializados, contribuindo para a construção de uma compreensão articulada e fundamentada.

A noção de colonialismo digital é fundamental para essa discussão, pois descreve a continuidade de uma lógica de expropriação que, atualmente, se volta para a extração massiva e comercialização de dados humanos. Segundo Couldry e Mejias (2019), trata-se de uma forma de apropriação de recursos sociais convertidos em dados, realizada por grandes plataformas digitais com fins lucrativos. Essa dinâmica é reforçada pelo que Morozov (2018) denomina extrativismo algorítmico, processo pelo qual os dados gerados nas práticas cotidianas são minerados e apropriados de forma invisível e sem consentimento, servindo a interesses econômicos e geopolíticos de corporações transnacionais.

No campo educacional, essas práticas assumem contornos ainda mais sensíveis. A coleta contínua de dados sobre desempenho, engajamento e comportamento transforma estudantes e professores em objetos de predição e avaliação. Conforme observam Cechinel e Mueller (2022), a educação tornou-se um terreno fértil para o acúmulo de dados e a produção de estímulos moldados pelas exigências do capitalismo contemporâneo, em que o valor dos sujeitos é medido por sua capacidade de gerar informação útil aos sistemas de controle e gestão.

Esse cenário se agrava com a incorporação da cultura da recomendação ao contexto educacional. Amplamente utilizada por plataformas como *YouTube*, *Google* e *Netflix*, essa lógica foi introduzida na educação sob a promessa de personalização e aumento da eficiência. No entanto, como alerta Ladeira (2019), esses sistemas operam com base em algoritmos enviesados e pouco transparentes. O que se apresenta como liberdade de escolha, na prática, mascara um controle automatizado sobre os percursos de aprendizagem, limitando a autonomia docente e subordinando os currículos a métricas de desempenho e produtividade.

A governança algorítmica da educação compromete, portanto, o papel formativo e emancipador do ensino. Isso se evidencia desde os processos de formação docente, cada vez mais voltados a competências técnicas e instrumentais, até o monitoramento contínuo dos resultados escolares por meio de indicadores rígidos impostos por instâncias externas ao contexto educativo (Mello *et al.*, 2022). A subjetividade educacional passa a ser capturada e

moldada por sistemas que não apenas prescrevem o que deve ser ensinado, mas também determinam como, quando e a quem ensinar.

Nesse panorama, a atuação docente e a experiência de aprendizagem tornam-se progressivamente moduladas por lógicas que priorizam a produtividade, o controle e a homogeneização, em detrimento da diversidade epistemológica e da autonomia pedagógica. Trata-se de uma reconfiguração profunda da educação, submetida ao poder algorítmico e à racionalidade técnica do mercado.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os impactos do colonialismo digital na educação contemporânea, com ênfase nos efeitos da plataformização e da cultura da recomendação no contexto escolar. O objetivo é analisar como esses processos intensificam a vigilância no ambiente educacional e contribuem para a mercantilização do conhecimento. Para tanto, o texto está organizado em duas seções: a primeira examina as principais dimensões da educação sob vigilância; a segunda apresenta fundamentos teóricos que orientam estratégias de resistência e enfrentamento dessa problemática. Por fim, apresentam-se considerações que retomam as principais reflexões desenvolvidas ao longo do artigo, sintetizando os elementos centrais da discussão e sugerindo caminhos possíveis para a consolidação de uma educação crítica, autônoma e comprometida com a resistência frente aos desafios impostos pelo colonialismo digital e pela crescente plataformização no campo educacional.

Vigilância invisível: A escola sob o regime dos algoritmos

A consolidação das plataformas digitais no cotidiano escolar não se limita a uma inovação técnica, mas representa uma profunda reconfiguração da lógica educacional. As tecnologias digitais, especialmente aquelas baseadas em inteligência artificial, assumiram um papel central na organização da vida contemporânea, expandindo sua influência para além do entretenimento e do consumo, alcançando também os processos de ensino e aprendizagem. Como aponta Castro (2016), os algoritmos tornaram-se elementos estruturantes das experiências cotidianas, determinando desde resultados de buscas online até sugestões de conteúdos audiovisuais e decisões pedagógicas automatizadas. Essa atuação, muitas vezes invisibilizada, alimenta a ilusão de uma tecnologia neutra, ao mesmo tempo em que oculta o poder normativo que tais sistemas exercem. Nessa perspectiva, Santini (2020) ressalta que essas tecnologias são amplamente mobilizadas para influenciar preferências e moldar o gosto

dos usuários, impondo padrões de consumo e comportamento também nos ambientes educativos.

O processo de plataformização da educação tem promovido significativas alterações na gestão escolar e na própria concepção do ato de ensinar. Em especial, observa-se a crescente adoção, por parte de sistemas públicos e privados, de tecnologias digitais que operam a partir de algoritmos de vigilância contínua. Essas plataformas monitoram parâmetros como frequência, desempenho, tempo de tela e até mesmo padrões de comportamento dos estudantes. Conforme destacam Lindh e Nolin (2016) e Amiel *et al.* (2021), trata-se de uma vigilância algorítmica de caráter ubíquo e silencioso, que transforma o espaço escolar em um ambiente de observação constante. Nesse contexto, a escola deixa de ser apenas um espaço de aprendizagem para também assumir funções de controle, em que cada ação ou interação dos sujeitos é sistematicamente capturada, quantificada e analisada por sistemas automatizados de gestão da informação educacional.

Esse tipo de controle se alinha ao que Foucault (2008) denominou como sociedade disciplinar, onde a vigilância se torna um instrumento de normalização dos corpos e das condutas. Entretanto, no contexto atual, o que se observa é a transição para uma forma mais sofisticada de poder: a biopolítica algorítmica, em que a vida é administrada por meio de cálculos probabilísticos e intervenções tecnológicas contínuas. O poder não mais apenas vigia, mas antecipa, orienta e modula comportamentos por meio de processos automatizados.

Esse panorama se articula com uma crítica mais ampla à atuação das *big techs* e à perpetuação de um colonialismo digital, em que as grandes corporações do Norte Global, como *Google*, *Microsoft*, *Amazon*, *Meta* e *Apple*, detêm o controle sobre a infraestrutura, os dados e os algoritmos que estruturam a vida digital. Couldry e Mejias (2019) destacam que essas empresas operam como novas potências coloniais, apropriando-se de dados humanos de maneira semelhante ao modo como os impérios coloniais extraíam riquezas e recursos dos territórios ocupados. A diferença é que, agora, a extração ocorre sobre os corpos conectados e suas relações cotidianas.

Essa assimetria se intensifica nas relações entre Norte e Sul globais, visto que grande parte das tecnologias empregadas nos países periféricos é concebida e controlada por corporações sediadas em centros hegemônicos. Conforme argumentam Malik *et al.* (2022) e Benjamin (2019), essa configuração consolida uma lógica de dependência estrutural e subordinação tecnológica, em que as nações do Sul são relegadas à função de fornecedoras de

dados e usuárias passivas de sistemas desenvolvidos externamente, sem participação efetiva nos processos de decisão, acesso à governança ou clareza sobre os algoritmos que as regem. No contexto educacional, essa dinâmica implica a adoção forçada de soluções tecnológicas padronizadas, que pouco dialogam com as especificidades culturais, sociais e pedagógicas locais, comprometendo a autonomia das redes de ensino e fragilizando sua capacidade crítica diante das imposições do mercado global.

Na prática, essa dependência tecnológica viabiliza uma nova forma de colonialismo epistemológico, em que a diversidade de saberes e práticas educativas é silenciada em nome de padrões globais de eficiência e produtividade. Como aponta Silveira (2019), as plataformas digitais moldam a experiência do usuário ao restringirem as opções de navegação e os caminhos possíveis de acesso ao conhecimento. Esse processo de modulação algorítmica impõe um modelo de aprendizado baseado em parâmetros predefinidos por lógicas comerciais, promovendo a homogeneização das trajetórias educativas e suprimindo a autonomia docente.

Passarelli e Gomes (2020) destacam que os efeitos das tecnologias digitais extrapolam os limites das redes e se infiltram profundamente nas dinâmicas da vida social contemporânea, impactando especialmente o campo educacional. Em seus estudos, os autores chamam atenção para a emergência de um novo regime de mediação da informação, no qual os algoritmos atuam como curadores invisíveis da experiência formativa. Nesse cenário, decisões essenciais como o que ver, quando acessar e como interagir com os conteúdos deixam de seguir princípios pedagógicos e passam a ser moldadas por lógicas automatizadas de cálculo e predição. Como resultado, amplia-se o risco de um determinismo informativo, no qual os percursos de aprendizagem são conduzidos por sistemas de recomendação que reforçam bolhas cognitivas e epistemológicas, comprometendo a diversidade de saberes e o pensamento crítico.

A esse diagnóstico se soma a análise de Beiguelman (2021), que aprofunda a discussão ao enfatizar que a força da vigilância algorítmica está justamente em seu caráter imperceptível e contínuo. Dispositivos digitais não apenas registram interações explícitas, como cliques e visualizações, mas também monitoram aspectos mais sutis da corporalidade e da atenção, como a velocidade de leitura, o movimento dos olhos e até mesmo expressões faciais. Essa forma de vigilância sem fricção favorece a internalização do controle, tornando-o naturalizado

no cotidiano. Nesse contexto, vigiar já não exige coerção direta, pois a disciplina se converte em uma escolha aparente, mediada por sistemas que agem de maneira invisível.

Ademais, a presença nas redes digitais, inclusive nas plataformas educacionais, configura-se, cada vez mais, como uma exigência social implícita. Como observa Beiguelman (2021), a ausência nesses ambientes digitais pode significar o apagamento simbólico do sujeito, levando-o à condição de invisibilidade social. Nessa lógica, o sentimento de pertencimento passa a ser condicionado à adesão aos sistemas algorítmicos, mesmo que isso envolva a entrega voluntária de dados pessoais, a erosão da privacidade e a sujeição a processos de curadoria invisível e automatizada. A vigilância, assim, deixa de atuar pela coerção direta e assume formas sutis e sedutoras, operando por meio da promessa de participação, reconhecimento e inclusão. Essa dinâmica transforma a disciplina em performance e o controle em escolha aparente, naturalizando práticas de monitoramento sob o véu da conveniência e da conectividade.

Essa naturalização da vigilância compromete diretamente a função crítica da escola, que, ao invés de promover a emancipação dos sujeitos, acaba por reforçar os dispositivos de controle e submissão. Como observa Noble (2022), os algoritmos não são instrumentos neutros de mediação da informação, mas operam com vieses estruturais, reproduzindo desigualdades de classe, raça e gênero. Na educação, isso se traduz em plataformas que avaliam e recomendam com base em históricos de desempenho que muitas vezes refletem desigualdades socioeconômicas preexistentes, reforçando o ciclo de exclusão.

Diante desse cenário, a vigilância na educação não pode ser compreendida apenas como uma questão técnica, mas como um problema ético, político e epistemológico que compromete os fundamentos democráticos do processo formativo. A captura sistemática da vida escolar por plataformas digitais subordina a pedagogia às lógicas de mercado e esvazia sua função emancipadora, tornando urgente a criação de estratégias que resistam a esse modelo. Como alertam Timponi e Evangelista (2025), é necessário indagar se essas tecnologias realmente democratizam o acesso ao conhecimento ou apenas aprofundam os mecanismos opacos de curadoria algorítmica, reforçando a vigilância invisível e a padronização dos processos formativos. Reconhecer essa dinâmica é apenas o primeiro passo: é necessário investir em práticas pedagógicas que promovam a autonomia, a criticidade e a soberania digital nos territórios educacionais.

Resistir é criar: Hacktivismismo pedagógico e alfabetização midiática e algorítmica na educação

No cenário contemporâneo, marcado pela centralidade das tecnologias digitais e pela atuação cada vez mais invisível dos algoritmos, torna-se imprescindível desenvolver práticas que favoreçam a autonomia crítica de estudantes e professores frente à cultura digital dominante. Nesse contexto, destacam-se o *hacktivismismo* pedagógico e a alfabetização midiática e algorítmica como caminhos capazes de articular resistência, criatividade e ação educativa transformadora.

O *hacktivismismo*, entendido como a combinação dos termos *hacker* e ativismo, ultrapassa a ideia de simples intervenções técnicas sobre sistemas computacionais. Ele constitui uma cultura política comprometida com o uso crítico e socialmente orientado das tecnologias. Conforme define Samuel (2004), o *hacktivismismo* envolve o emprego, legal ou ilegal, de ferramentas digitais com objetivos políticos, recusando práticas meramente destrutivas e valorizando ações criativas, coletivas e emancipadoras.

No campo educacional, essa perspectiva se desdobra no que Menezes e Pretto (2019) denominam *hacktivismismo* pedagógico, ou seja, uma prática educacional que compreende a escola como espaço de invenção, liberdade e insurgência, contrapondo-se ao modelo reprodutivista e vigilante das pedagogias algorítmicas. Essa abordagem incentiva a apropriação ativa e criativa das tecnologias digitais, promovendo autoria, remixagem e experimentação. Ao ensinar sujeitos a desnaturalizar o funcionamento dos algoritmos e a questionar as plataformas educacionais dominadas por grandes corporações, promove-se uma pedagogia que estimula o pensamento crítico e a soberania digital. Aragão, Brunet e Pretto (2021) destacam que a cultura *hacker*, longe de um modelo hierárquico, aproxima-se do *ethos* científico colaborativo, no qual a produção de conhecimento é aberta, distribuída e permanentemente revisável.

Nesse contexto, a alfabetização midiática e algorítmica emerge como uma dimensão complementar e indispensável. Trata-se de desenvolver competências críticas para compreender como operam os sistemas automatizados de recomendação, como são priorizadas as informações nas plataformas digitais e de que forma essas escolhas afetam a formação do pensamento. Vaidhyathan (2018) e Pariser (2012) alertam que os algoritmos de curadoria reforçam bolhas informacionais e personalizações que reduzem a diversidade cognitiva, consolidando ambientes digitais fechados que reproduzem ideologias dominantes.

A alfabetização midiática, nesse sentido, não se restringe à análise de mídias tradicionais, mas inclui o domínio técnico e crítico sobre os processos computacionais que moldam o acesso ao conhecimento. Segundo Buckingham (2003), ensinar os estudantes a “ler criticamente a mídia” é essencial para que compreendam como os meios de comunicação constroem significados e reforçam relações de poder. Já Kellner e Share (2007) defendem que a alfabetização crítica favorece uma postura ativa diante da informação, permitindo que sujeitos se tornem produtores de sentido, não apenas consumidores passivos. No ambiente escolar, esse letramento crítico permite desconstruir narrativas hegemônicas, compreender os riscos da desinformação e desenvolver a autonomia intelectual.

Essas perspectivas se concretizam em práticas pedagógicas interdisciplinares e participativas, como oficinas de desmontagem de algoritmos, análise crítica de dados, simulações educativas, produção de mídias livres e experimentações com *softwares* de código aberto. Tais práticas não apenas favorecem a apropriação ativa das tecnologias, como também desestabilizam os modelos centralizadores promovidos pelas *edtechs* – empresas que oferecem soluções tecnológicas voltadas ao setor educacional – e pelas plataformas digitais hegemônicas, que monopolizam o acesso a conteúdos e serviços, influenciando de forma significativa os processos educativos e sociais. Ao incentivar a leitura crítica das mídias e a intervenção consciente nos ambientes digitais, essas abordagens reafirmam o papel político da educação e reposicionam a escola como espaço de resistência diante das atuais expressões do colonialismo digital.

Assim, o *hacktivismo* pedagógico e a alfabetização midiática e algorítmica não podem ser compreendidos apenas como estratégias metodológicas pontuais, mas como epistemologias insurgentes que desafiam as estruturas hegemônicas da educação digitalizada. Em um contexto em que algoritmos definem o que deve ser aprendido, como deve ser avaliado e até mesmo o ritmo da aprendizagem, essas abordagens assumem um papel essencial na repolitização do espaço escolar. Ao promoverem o questionamento dos sistemas de recomendação, a desconstrução das narrativas midiáticas e o uso crítico das tecnologias, elas possibilitam a formação de sujeitos conscientes de sua posição no ecossistema digital e capazes de intervir de maneira criativa e ética.

Apontamentos finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a educação algorítmica, ao submeter os processos pedagógicos às lógicas opacas das plataformas digitais e dos sistemas de recomendação, compromete princípios fundamentais da educação democrática, como a autonomia, a pluralidade e a justiça cognitiva. Ao transformar dados educacionais em matéria-prima para fins mercadológicos e normalizadores, a cultura algorítmica impõe um modelo tecnocrático de escolarização que esvazia o sentido formativo do ensino e silencia epistemologias locais, insurgentes e coletivas.

Diante dessa realidade, torna-se urgente o fortalecimento de práticas educativas que desafiem o colonialismo digital e promovam uma reconfiguração crítica da relação entre tecnologia e educação. A articulação entre o *hacktivismo* pedagógico e a alfabetização midiática e algorítmica se destaca, nesse contexto, como um horizonte ético e político de resistência e reinvenção da escola. Tais abordagens não apenas instrumentalizam sujeitos para lidar com as tecnologias, mas os convidam a compreendê-las, questioná-las e transformá-las com base em valores emancipatórios.

A escola, portanto, precisa ser pensada como um espaço de disputa simbólica e material, onde seja possível construir infraestruturas educacionais orientadas pela soberania digital, pela justiça social e pela participação ativa dos sujeitos. Isso implica tensionar as hegemonias tecnológicas, valorizar a criação coletiva, defender o direito à desconexão e fomentar a imaginação pedagógica diante dos desafios do presente.

Em suma, resistir à plataformização da educação é afirmar que outro futuro educacional é possível, um futuro em que o uso das tecnologias seja guiado não pelo lucro e pelo controle, mas pela liberdade, pela equidade e pelo compromisso com a formação de cidadãos críticos e socialmente engajados. Ao denunciar os riscos do colonialismo digital e propor caminhos para sua superação, este artigo contribui com o debate contemporâneo sobre os rumos da educação na era algorítmica e convida educadores, pesquisadores e comunidades escolares a protagonizarem essa transformação urgente e necessária.

Referências

- AMIEL, T.; PEZZO, T.; DA CRUZ, L. R.; OLIVEIRA, L. A. Os modos de adesão e a abrangência do capitalismo de vigilância na educação brasileira. **Perspectiva**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 1-22, 2021.
- ARAGÃO, C.; BRUNET, K. S.; PRETTO, N. L. Hackear a educação por dentro. **Perspectiva**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 1-17, 2021.
- BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Edições Sesc, 2021.
- BENJAMIN, R. **Race after technology: abolitionist tools for the new Jim code**. Medford: Polity, 2019.
- BUCKINGHAM, D. **Media education: literacy, learning and contemporary culture**. Cambridge: Polity Press, 2003.
- CASTRO, P. C. Algoritmos devem ser debatidos. Entrevistador: Vitor Necchi. **IHU On-line**, São Leopoldo, n. 495, p. 25-30, out. 2016. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao495.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- CECHINEL, A.; MUELLER, R. R. Gestão algorítmica da docência e educação em tempos de incerteza. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 2, p. 1094-1109, 2022.
- COULDRY, N.; MEJIAS, U. A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Redwood City: Stanford University Press, 2019.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- FERRARI, A. C.; OCHS, M.; MACHADO, D. **Guia da Educação Midiática**. 1a. ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2020.
- FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, [S. l.] v. 9, n. 1, 2015.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KELLNER, D.; SHARE, J. Critical media literacy, democracy, and the reconstruction of education. p. 3-23. In: MACEDO, D.; STEINBERG, S. R. (Org.). **Media literacy: a reader**. New York: Peter Lang, 2007.
- LADEIRA, J. D. M. O algoritmo e o fluxo: Netflix, aprendizado de máquina e algoritmos de recomendações. **Intexto**, Porto Alegre, n. 47, p. 166-184, 2019.

- LINDH, M.; NOLIN, J. Information we collect: Surveillance and privacy in the implementation of Google apps for education. **European Educational Research Journal**, v. 15, n. 6, p. 644-663, 2016.
- MALIK, H. M.; LEPINKÄINEN, N.; ALVESALO-KUUSI, A.; VILJANEN, M. Social harms in an algorithmic context. **Justice, Power and Resistance**, v. 5, n. 3, p. 193-207, 2022.
- MELLO, M. B.; SANTOS, C. F. S.; PEREIRA, R. S. A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 899-916, 2022.
- MENEZES, K.; PRETTO, N. L. Pirâmide da Pedagogia Hacker: de sonhos coletivos a enajamentos reais. **Revista Teias**, v. 20, p. 148-166, 2019.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10a. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- MOROZOV, E. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NOBLE, S. U. **Algoritmos da Opressão: Como os Motores de Busca Reforçam o Racismo**. São Paulo: Elefante, 2022.
- PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PASSARELLI, B.; GOMES, A. C. F. Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, v. 13, n. 1, p. 253-275, 2020.
- SAMUEL, A. W. **Hactivism and the Future of Political Participation**. Cambridge, Harvard University, 2004.
- SANTINI, R. M. **O algoritmo do gosto: os sistemas de recomendação on-line e seus impactos no mercado cultural; volume 1**. Curitiba: Appris Editora, 2020.
- SILVEIRA, S. A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 3, n. 6, 2019.
- TIMPONI, R.; EVANGELISTA, R. L. Letramento Midiático, Algorítmico e Inteligência Artificial: o papel dos agentes inteligentes na curadoria da pesquisa acadêmica. **Revista Eco-Pós**, v. 28, n. 1, p. 110-132, 2025.
- VAIDHYANATHAN, S. **Antisocial Media: How Facebook Disconnects Us and Undermines Democracy**. New York: Oxford University Press, 2018.
- ZUBOFF, S. **A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Recebido em 27/7/2025 | Aceito em 2/12/2025



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional